

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo Disciplinar nº. 05/2021

Interessada: Departamento de Recursos Humanos

Servidora: Welza Benigna Lobo Santos Neta

Objeto: Abandono de cargo

EMENTA: DENÚNCIA DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ABANDONO DE CARGO. COMPROVADA A FALTA. DEMISSÃO. APLICAÇÃO DO ART. 165, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2015.

Relatório

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado em decorrência de denúncia apresentada pelo Departamento de Recursos Humanos, instruído com Portaria nº 332/2019, por meio da qual foi concedida Licença para Estudo para a servidora **Welza Benigna Lobo Santos Neta**, ocupante do cargo de médica, pelo período de 02 (dois) anos a partir do dia 17/05/2019, bem como ofício nº. 1501/2021 - SEMES, de 06/08/2021, no qual foi informado que a servidora se encontrava faltosa há mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem justificativa.

Acostou-se ao procedimento também Termo de Posse nº. 172/2016, Portaria nº. 211/2016 na qual foi nomeada a servidora e cópia dos documentos pessoais da servidora.

Instaurado o Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria/CM nº. 44, de 31 de agosto de 2021, tendo sido promovida a citação da processada via edital de notificação da servidora, com publicação no mural do átrio da administração municipal e no Diário Oficial da AMM de 06/09/2021.

Publicou-se novo edital para citação da servidora para apresentação de defesa prévia, no mural e no Diário Oficial da AMM, edição do dia 04/10/2021.



Transcorrido o prazo legal, sem manifestação, foi decretada a revelia da processada e nomeada defensora dativa na pessoa da Dra. Mailane Alves Meireles (f. 26), intimada em 19/10/2021.

A processada apresentou defesa prévia tempestiva, em 21 de dezembro de 2021, na qual manifestou pela negativa geral à denúncia apresentada (fls. 28/29).

A Comissão Processante acostou o relatório final no qual se decidiu que em razão do cometimento de falta grave, com violação aos art. 154, I, II, 170, II, 178 e 195, da Lei Complementar n°. 23/2015, pela **DEMISSÃO** da servidora por inassiduidade habitual e abandono de cargo (fls. 30/33).

É o relatório.

Fundamentação

A falta imputada à servidora encontra-se prevista na Lei Complementar n°. 23, de 17 de março de 2015:

Art. 154. São deveres do servidor:

[...]

II – manter assiduidade e pontualidade ao serviço;

[...]

Art. 170. A demissão e a rescisão contratual serão aplicadas nos seguintes casos:

[...]

II - abandono de cargo ou função;

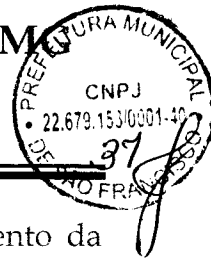
[...]

Art. 177. Considera-se desidiosa a conduta reveladora de negligência no desempenho das atribuições e a transgressão habitual dos deveres de assiduidade e pontualidade.

Art. 178 - Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias alternados em cada ano.

Parágrafo único - O processo disciplinar administrativo instaurado pela Corregedoria Municipal para a apuração do abandono de cargo, no qual serão assegurados a ampla defesa e o contraditório, será sempre precedido da publicação de edital de convocação do servidor para comparecer ao órgão em que estiver lotado, na imprensa oficial do Estado ou do Município, se criada e, ainda, no local de publicação de atos oficiais no edifício sede do órgão respectivo.

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



O que se apura dos autos, demonstra que após o encerramento da licença para tratar de interesses particulares, em 16/05/2021, a servidora não retornou às suas atividades, posto que da informação prestada pela Secretaria Municipal de Saúde, no dia 06/08/2021, constou que havia mais de 30 (trinta) dias que a servidora não comparecia ao trabalho.

Considerando que foi oportunizada a manifestação da servidora dadas as comprovadas publicações de edital por duas oportunidade, sendo-lhe garantida a ampla defesa com a nomeação de defensora dativa, que se manifestou pela negativa geral, não tendo sido demonstrado qualquer fato novo que pudesse alterar a realidade do seu voluntário desvínculo com a municipalidade.

Conclusão

Por todo o exposto, tomados os documentos acostados e a defesa apresentada, verifica-se a prática de falta grave pela servidora processada, posto que o próprio Departamento de Recursos Humanos informou que a servidora não houvera retornado às atividades, em 23 de agosto de 2021, mediante informação da secretaria de lotação que informou a ausência injustificada por tempo superior a 30 (trinta) dias ininterruptos, em 06/08/2021, caracterizando a conduta desidiosa e o abandono de cargo, conforme preveem os artigos 177 e 178 da Lei Complementar nº. 23/2015, razão pela qual decido pela **DEMISSÃO** da servidora **WELZA BENIGNA LOBO SANTO NETA**, ocupante do cargo de médica, matrícula 15.512, pelo abandono de cargo, nos termos do art. 165, III, c/c art. 170, II do mesmo diploma legal.

Observado o que prescreve o art. 179, I, do Estatuto dos Servidores Municipal, deverá ser encaminhada cópia desta decisão ao Prefeito Municipal, para fins de expedição de Portaria aplicação da pena de demissão imposta à servidora, bem como para declaração da vacância do respectivo cargo, nos termos do art. 49, II, do Estatuto.

PUBLIQUE-SE o resumo da presente decisão no mural, bem como, INTIMEM-SE a servidora e sua advogada, com cópia da decisão e ao Departamento de Recursos Humanos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

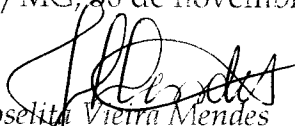
Rua Montes Claros n° 243 - Centro - CEP 39.300-000



Deverá ainda ser dado conhecimento da demissão e declaração de
vacância do cargo à Secretaria Municipal de Saúde.

PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

São Francisco/MG, 30 de novembro de 2021.


Joselita Vieira Mendes
Corregedora Municipal